Um estudo sobre a migração portuguesa para a Amazônia *joanina* (Pará, 1808-1821)[1]

Antonio Otaviano Vieira Junior*
Daniel Souza Barroso**

Prólogo

Entre números imprecisos e memórias recriadas, rumou ao Brasil um período marcado por transformações sociais, políticas e econômicas, ao qual, hoje, chamamos de **joanino** (1808-1821). Anos de histórias de muitas separações: separações de um príncipe de seus súditos, separação de uma Corte de sua origem, separação de uma colônia de sua metrópole, separação de uma nobreza de parte de sua riqueza, separação de proprietários de seus pertencesses, de soldados de seus generais, de criados de seus senhores, separação de famílias... Separação de populações.

Entre tantas separações e imprecisões, os números também podem ser nossos aliados ao tentarmos enveredar pela "dinâmica da distância", considerando as pessoas que deixaram portos lusitanos e buscaram abrigo no Brasil. Números que ancoram possibilidades de investigação e marcam "movimentos". "Movimentos" que **não** eram novidade entre Portugal e o Brasil, mas que ganharam novos contornos.

Este ensaio busca analisar o período **joanino**, considerando o movimento de pessoas, no ir e vir entre Portugal e a Amazônia, mais especificamente para o Pará. Não falaremos de nobres atordoados pela distância da Corte e nem de uma Corte restrita ao Rio de Janeiro.... Falaremos de um porto e de uma população ao norte da América lusitana, que por motivos diferenciados, entre 1808 e 1821, pode presenciar partidas e chegadas.

De Partidas e Chegadas

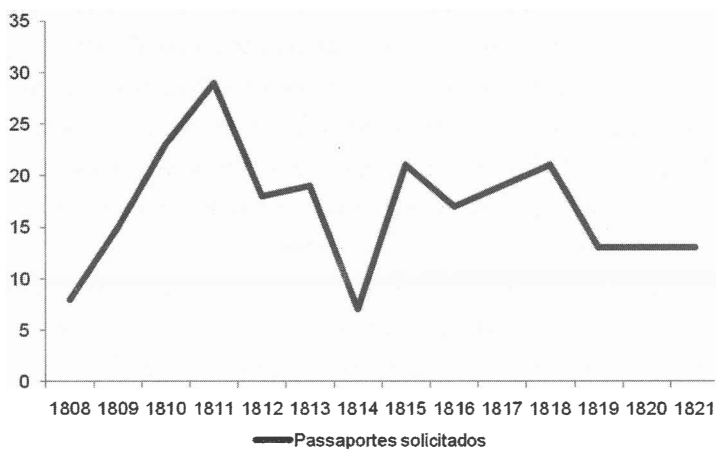
A documentação que sustenta essa análise está disposta no Arquivo Histórico Ultramarino Português: são as solicitações de permissão de viagens feitas aos administradores de Portugal durante a ocupação francesa e a ausência da família real. Os pedidos estão relacionados à saída com destino direto ao Pará. Trata-se de uma documentação limitada para o esforço de compreensão do perfil demográfico desse movimento migratório, pois não é difícil de imaginar pessoas fugindo de Portugal sem a autorização de uma administração precária e submetida a constantes mudanças de governantes e aos rigores das guerras.

Apesar dos limites, os números construídos a partir desses registros são um indicativo do perfil do fluxo de pessoas para Belém do Grão-Pará. Entre 1808 e 1821, a média foi de 17 pedidos de passaportes/ano, um número significativamente inferior as 41 embarcações/ano que passavam pelo porto de Belém no mesmo período. Em 1807, um pouco antes da transferência da família real para o Brasil, foram pedidas 12 autorizações de embarque.

O ano que mais apresentou pedidos de passaportes foi 1811, com 29 solicitações. Entre a chegada da família real ao Brasil (1808) e o último ano de grandes confrontos na pacificação da Península Ibérica (1815), temos cento e quarenta (54%) autorizações expedidas para partida de viajantes de Portugal para o Pará. Outras 119 autorizações, ou 46% dos passaportes expedidos ficaram distribuídas entre 1816 e 1821.

Essa constância nos pedidos de passaportes parece interessante, principalmente quando lembramos que o ano de 1815 foi um marco nas transformações do perfil de embarcações que frequentavam o porto de Belém. Por um lado, os navios portugueses diminuíram sua presença e os estrangeiros tornaram-se mais significativos e variados. Em contraponto, o fluxo de moradores de Portugal que desejavam vir ao Pará manteve-se o mesmo.

Gráfico 01
Solicitações do passaporte ao Pará, por ano, durante o período joanino (1808-1821)



Fonte: *Arquivo Histórico Ultramarino.* Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Pará. Solicitações de passaporte.

Mas, fujamos dos números pela pouca confiabilidade da documentação e nos fixemos na análise das trajetórias individuais que, mesmo circunscritas a histórias de vida, nos possibilita pensar o que foram os anos **joaninos** para pessoas que deixaram Portugal e chegaram à Amazônia. E mais, num movimento de refluxo, as trajetórias individuais podem auxiliar a análise de tendências populacionais mais gerais, apontando limites e possibilidades documentais.

Franceses ao Mar

Os anos **joaninos** iniciaram com a partida da família real para o Brasil, período que ganhou contornos dramáticos pela invasão das tropas de Junot que avançaram em território lusitano enquanto a Corte partia. Esse momento foi marcado por uma série de batalhas, invasões

e escaramuças que envolviam ingleses, portugueses, espanhóis e franceses. Conflitos que não repercutiram apenas num cenário bélico e nem se restringiram ao joguete de tropas e de seus generais.

As tensões militares entre Portugal e França 'mexeram' com a vida de homens e mulheres. A retaliação feita por Portugal à França com a tomada da Guiana, em especial com o remanejamento de tropas e de uma elite administrativa para Caiena, a partir de dezembro de 1808[2], por exemplo, marcou a trajetória de Dona Bárbara Benedita.

Dona Bárbara, em outubro de 1809, solicitou passaporte para partir de Lisboa até Belém e de lá até Caiena. Não viajaria sozinha, pedia licença para ser acompanhada por três filhas todas menores de dez anos, um criado e uma criada. O motivo da partida era justificado pela "chamada" do marido, então nomeado **Governador Intendente Geral da Nova Conquista de Caiena e Guiana Francesa**. No tabuleiro de retaliações **joaninas**, mãe, filhas e criados tinham seus destinos atrelados ao Pará e à Caiena.[3]

E se alguns partiram de Lisboa para Belém do Pará, outros fizeram o caminho contrário. Cristóvão Luiz era negociante e ex-granadeiro, nascido em Braga e servia em Belém. Havia dado baixa da infantaria por motivos de saúde, por adquirir uma moléstia que, segundo os cirurgiões, só encontraria remédio em Lisboa: era necessário regressar. Seu processo de "passaporte" apresentava detalhes como a descrição física de Cristóvão que, com 27 anos de idade, era considerado um homem de estatura mediana, com cabelo castanho escuro, olhos pardos, rosto claro e redondo.

A travessia para Portugal fora marcada pelo encontro com uma frota francesa: duas fragatas e um brigue aprisionaram o navio que transportava Cristóvão, conduzindo-o para a Ilha da Madeira. No entanto, posteriormente, mesmo debilitado pela moléstia, ele conseguiu fugir para Lisboa. Segundo o próprio Cristóvão, fora buscar em Portugal a cura de suas doenças. Mas, não a encontrou. E justamente por isso, em agosto de 1812, solicitava ao Regente a autorização de retorno para Belém.

Cristóvão nascera em Braga, fora servir a infantaria em Belém, onde se tornou comerciante. Padecendo de moléstia por mais de dois anos, de Belém partiu para Lisboa, com uma parada forçada na Ilha da Madeira. De Lisboa solicitava o direito de retorno a Belém. Toda essa trajetória, Belém-Ilha da Madeira-Lisboa-Belém, durou pouco mais de um ano.[4]

Seu caso indica que, apesar das escaramuças e da intensificação das tensões durante a Guerra Peninsular, homens e mulheres comuns continuavam viajando entre Brasil e Portugal – mesmo que, algumas vezes, se deparassem com ações militares francesas. E, apesar da ameaça francesa, não foram poucos os que atravessaram o Atlântico rumo ao Brasil, mesmo antes da derrota final do exército francês. Entretanto, mesmo a superioridade da marinha inglesa não foi suficiente para impedir pontuais ações francesas no mar, o que poderia significar o apresamento de embarcações portuguesas e alterações nos destinos originais de seus passageiros.[5]

Homens em rumo do Pará

Entretanto, a mais famosa travessia foi da frota que conduzia a Corte. A frota trazendo a família real ancorou em Salvador no dia 22 de janeiro de 1808. As ruas da cidade lentamente foram tomadas por súditos curiosos para verem de perto o príncipe e a Rainha.

Em Lisboa, um dia, após a chegada da Corte à Bahia, Joaquim Alves Godinho também fazia preparativos de viagem para o Brasil e solicitava permissão para partir de Portugal. Porém, não pretendia aportar na cidade baiana ou no Rio de Janeiro, e sim na capital paraense. Não atravessaria o oceano, seguido por centenas de famílias nobres, mas tentava embarcar com seus dois supostos filhos, um criado, "duas criadas pretas" e a esposa; dando início a uma travessia pouco mais discreta. Justificava seu pedido de deslocamento pelo fato de ter morada em Belém e lá exercer o ofício de cirurgião. O intrigante do seu pleito era a presença dos filhos. O "passaporte" solicitado, no dia 23 de janeiro de 1808, trazia uma anotação lateral informando que Godinho partiria com a esposa, Gertrudes Justina, dois filhos, um criado e "duas criadas pretas". Mas, estranhamente, durante a reiteração da solicitação do "passaporte", uma semana depois, Godinho textualmente afirmou: "não tem o Suplicante filhos e nem esperança de tê-los, pella sua avançada idade por tanto não pode ser útil a esse país [Portugal]".[6]

Parece-nos que o fato de ter ou poder ter filhos dificultaria a permissão de viagem; a ausência da prole era apresentada como ponto favorável para seu deslocamento até o Pará. Mas, mesmo assim, não podemos esquecer da anotação na lateral da página do primeiro pedido de "passaporte", e também o fato de Godinho fazer referência a sua família nos dois documentos: seria apenas a esposa? Envolveria os criados? Os filhos seriam de frutos de outra relação da esposa? Perguntas que, hoje, temos poucas condições de responder.

Mesmo considerando limites documentais, podemos estabelecer um diálogo entre casos particulares e tendências mais gerais, num esforço de compreensão do significado da autorização de viagem pleiteada por Joaquim Godinho e sua família (incluindo, os supostos filhos). O primeiro ponto é a quantidade. Em todo período **joanino,** foram solicitados 236 pedidos de viagem para o Pará (considerando a documentação do Arquivo Ultramarino de Portugal); entretanto, isso não significa dizer que esse foi o número de pessoas que deixou Portugal rumo à capitania paraense. Não seria absurdo imaginar a possibilidade de muitos navios partirem de Lisboa e do Porto, sem a permissão das autoridades (principalmente, considerando os anos de guerra e de ocupação de parte do território lusitano), trazendo passageiros não declarados e sem "passaporte"[7].

Joaquim Godinho pediu apenas um "passaporte", mas este não se resumia a sua partida; compreendia também criadagem, supostos filhos e esposa. No geral, embora tenham sido pedidas 236 autorizações de viagem, o número dos envolvidos era superior pela presença de "agregados". Além dos 236 solicitantes, foram identificados quarenta "agregados", ou quase 17% de pessoas somadas ao total de pedidos. A soma dos solicitantes de "passaportes" e dos "agregados" apresenta uma média de 21 pessoas/ano tentando viajar

rumo ao Pará. Talvez não fosse um número expressivo, principalmente quando comparado com o provável contingente que acompanhou D. João ao Brasil. O que nos instiga a problematizar, considerando o período **joanino**, alterações populacionais na Amazônia – pelo menos quanto ao quadro migratório.

Essa tentativa de ponderar sobre os limites das possíveis alterações na população da Amazônia ganha reforço quando consideramos o perfil dessas migrações. Joaquim Godinho pedira a autorização de viagem. Uma ação que era predominantemente masculina; do total de pedidos de embarque para o Pará, aproximadamente sete de cada dez solicitações (74%) foram feitas por homens. Nesse sentido, pode-se pontuar a maior possibilidade de mobilidade masculina. Sim! Mas, não esqueçamos que Joaquim viajaria acompanhado, incluindo a esposa. Então, pedidos feitos por homens não mascarariam o deslocamento de mulheres, como no caso anteriormente citado?

Entre as solicitações masculinas que declararam "agregados", apenas oito pedidos não envolviam cônjuges. Outros 24 casos envolviam homens com suas respectivas esposas. Ou seja, de 175 homens que solicitaram licença para viajar ao Pará, 18% viajaram acompanhados. Mas, quando comparado ao quadro geral de pedidos masculinos, o caso de Joaquim Godinho se enquadrava no rol seleto de homens que partiram de Portugal com cônjuges.

A justificativa para o pedido feito por Joaquim nos traz outras informações. O seu pedido, mesmo que se valesse de um jogo retórico para fugir de Lisboa, vinculava a sua partida ao fato de retornar para casa. Joaquim explicitou para as autoridades que havia residido em Belém por mais de 16 anos, onde tinha "casa de morada". Em Lisboa, ainda segundo o próprio Godinho, ele e sua família encontravam-se "na maior desgraça pelos fundos do seu giro se acharem no Pará", onde exercia a função de cirurgião. O que significava dizer que ele estava "partindo" de Lisboa motivado por suas precárias condições de subsistência. E mais, que o Pará era local de sua residência onde não apenas tinha propriedades e exercia um ofício, mas, também, tinha uma base domiciliar. Joaquim Godinho estava "retornando" para sua morada em Belém do Pará.[8]

Considerando os motivos explicitados nos pedidos de "passaporte", formalizados por homens, 20% (35) apontavam o "retorno" como justificativa da viagem. Ou seja, eram homens que alegavam já ter residência no Pará. Ainda considerando as solicitações masculinas, somente 0,1% (03) declarou o empenho de se estabelecer pela primeira vez em território paraense.

Tão significativo quanto o número de retornos, como no caso de Joaquim Gondinho, era o percentual de pedidos associados diretamente à navegação. Eram homens que apenas exerciam funções em embarcações que pretendiam aportar no Pará. Esses casos também figuravam no percentual de 20%; com destaque para a presença de capelães de navio (11%).

Somando os números de "retornos" com os números dos "navegadores", temos uma perspectiva que minimiza o impacto da presença da Coroa no processo de migração para Amazônia. Considerando a população masculina, 40% dos deslocamentos estavam

associados ao "retorno" ou às funções de navegação. A esse número somam-se 10% de homens que foram degredados – (27% não identificaram o motivo). Temos um quadro, onde **não ganha** destaque empreitadas masculinas empenhadas em garantir pela primeira vez residências na Amazônia **joanina**.

Nem mesmos os homens que viajavam acompanhados de suas esposas, excetuando os "retornados", poderiam indicar um empenho de permanência durante um período mais duradouro no Pará. Dos 24 maridos que durante o período **joanino** partiram de Portugal com suas esposas, 12 deles (50%) tinham uma razão compulsória comum: o degredo.

Era o caso de José Antonio Martins, comerciante natural de Setúbal. Em novembro de 1818 se encontrava preso na Ribeira das Naus. Deveria embarcar o mais breve possível para Belém, onde cumpriria sua pena de degredo por cinco anos. Escrevera uma solicitação a D. João VI, destacando que havia sido condenado injustamente, fruto de acusações falsas de seus inimigos e principalmente pelo mau cumprimento da legislação, pois no seu processo não houve exame de corpo e delito e nem pronúncia para sua prisão. E mais, deixava nas entrelinhas uma reclamação sobre a partida do soberano, enfatizando que uma autoridade local, D. Miguel Pereira Forjaz, fazia as "vezes" do Rei: "Vossa Excelência é que faz as vezes e quem enxuga as lagrimas da saudade do nosso amantíssimo (sic) soberano auzente"... Mas, o objetivo da solicitação era pedir a autorização para que sua esposa o acompanhasse durante o degredo. E justificava o pedido:

> e o que mais sente he deixar sua mulher e filhos entregues a hua desgraçada ruína, por não ter tempo de cobrar [...] dividas que se lhe devem, e nem por vigorarse das graves enfermidades que padece...[9]

O caso de José Antonio entrava em sintonia com metade dos pedidos feitos por maridos que desejavam levar a esposa como acompanhante: iniciava-se a partir do degredo. E mais, nas dificuldades de sobrevivência da família fracionada, estava a justificativa da ação de José Antonio. Um homem que reclamava da sua suposta condenação, das dificuldades de subsistência da mulher e dos filhos, e que pensava passar cinco anos no Pará acompanhado da família.

Embora, o mais comum fosse homens condenados ao degredo solicitarem a companhia da esposa, esses casais não estavam isentos de conflitos conjugais. Casais degredados, unidos muito mais pela dificuldade da esposa subsistir em Portugal, nem sempre permaneciam unidos. Como no caso de Teresa de Jesus, cujo marido cometeu vários "crimes". Sob condenação, o citado esposo foi degredado para o Pará, onde deveria ficar por cinco anos. A esposa, Teresa, se ofereceu para acompanhá-lo. Mas, em 1814, Teresa não suportava mais as agressões impostas pelo cônjuge e entrava com um pedido de autorização para retornar a Lisboa; justificava o pedido pelos maus tratos dispensados pelo marido a ela e a um filho menor. Parece-nos que a esposa preferiu a insegurança da subsistência que poderia se abater sobre ela e o filho, do que ficar exposta a violência impetrada pelo marido.[10]

Mulheres para Belém

Em 1809, apareciam os primeiros pedidos demandados por mulheres por intermédio de seus procuradores. Como no caso de Maria Luiza de Barros que, em 18 de abril de 1809, solicitara autorização para deixar Lisboa e ir para Belém do Pará. Maria havia nascido em Lisboa e pretendia embarcar com sua filha de um ano e nove meses. A menina chamava-se Ana Luiza. O motivo alegado era atender ao chamado do marido, Antonio Daniel, que já estava residindo na cidade de Belém. Ou seja, a mãe e a filha buscavam juntar-se ao marido e pai para estabelecer residência no Brasil. A "chamada" feita por Antonio Daniel era um forte indício do esforço de fincar morada no Pará: o que justificaria a reunião da família em Belém. O passaporte não deixava claro há quanto tempo Daniel estava no Brasil, mas a pouca idade da filha pode estabelecer uma estimativa.

O passaporte também vinculava o depoimento de três testemunhas, que atestavam a origem, o motivo e a identidade de Maria. As três testemunhas eram marítimos, entre eles dois pilotos. Além dos depoimentos, o passaporte trazia a aval de dois "homens de Negócio" atestando que Maria partiria para Belém em companhia de sua filha e para se encontrar com o marido. Somado ao depoimento das testemunhas e ao aval dos "homens de negócio" estava a declaração do capitão do "Navio Comerciante" que informava estar levando Maria e sua filha para Belém do Pará, com a intenção de uni-las ao marido e pai.

E se Maria Luiza alegava como justificativa para a viagem o esforço de reunir-se ao esposo, podemos entrever outras mulheres com o mesmo empenho. É o caso de outra Maria, a Maria Joaquina dos Santos, em 20 de abril de 1809. Joaquina havia nascido e morado no Porto e pedia para ir a Belém acompanhada por sua mãe viúva e dois filhos, um com seis e outro com quatro anos. Deixaria Portugal levando um grupo familiar mais dilatado, incluindo a mãe viúva. O instigante nesse documento é o fato de Maria Joaquina, seus dois filhos e sua mãe terem embarcado na mesma viagem que levara Maria Luiza e sua recém nascida filha ao Pará.[11]

Duas famílias que deixavam Portugal e rumavam para Belém. Essas duas mulheres não compartilharam apenas da mesma viagem, também declaravam o mesmo motivo: ficarem juntas dos respectivos maridos e residir com as famílias no Pará – onde os cônjuges haviam se estabelecido. O "Navio Comerciante" foi palco, naquele mês de abril de 1809, do encontro entre "Marias". "Marias" que deixavam Lisboa e rumavam para Belém, "Marias" que buscavam o amparo dos maridos, "Marias" que levavam seus filhos rumo a uma distante e mal conhecida região do outrora poderoso Império lusitano e que agora se deparava com a ameaça das empreitadas napoleônicas. No convés do "Comerciante", histórias parecidas se encontrariam.

O caso de Maria do Rosário também é instigante. E o é pelas instruções que acompanhavam a "carta de chamada", escrita por Zeferino Xavier, seu marido. Zeferino havia partido para a capital paraense, antes mesmo da ocupação francesa, e, em 1805, já morava na cidade. Após cinco anos, distante da família, ele achava que chegara o momento de chamar a esposa e o filho. E por isso, Rosário, a esposa, em 1810, solicitara o direito de viajar para Belém acompanhada de um filho com seis anos de idade. A carta do marido fora escrita em agosto de 1809, no Pará; chegara às mãos de Rosário por intermédio de um

comerciante que vinha de Belém e logo nas primeiras linhas orientava a esposa **para se por** "em prática seu avizo".

Zeferino explicitava a sua vontade de buscar pessoalmente Rosário e seu filho; "Eu queria antes ir em lugar da carta.... Mas, logo justificada a sua impossibilidade: porem este gosto não me é possível tello pelo desarranjo em que fica meu giro" (sic). O negócio estabelecido por ele, no Pará, necessitava da sua presença continua, o que na carta aparece como justificativa para a permanência no Brasil.

Mas, a missiva trazia claras instruções para Rosário, de como ela deveria proceder ao chegar a Belém. Primeiro, ela deveria buscar a casa dos irmãos Feliciano e Domingos Colares; pois eles providenciariam a ida de Rosário e de seu filho até onde seu marido estava no Pará. Ao compadre que morava em Portugal escrevia também, pedindo que este auxiliasse Rosário a suprir qualquer eventual necessidade de vestuário. A partida de Rosário deveria ser rápida, Zeferino esperava reunir-se com a família no Natal. Para tanto, pedia que a mulher embarcasse logo no primeiro navio e que se não o fizesse lhe avisasse em qual embarcaria. Ele teve que esperar, pois apesar de remeter a carta em agosto de 1809, somente em 15 de janeiro de 1810 o processo começou a caminhar: passou mais um Natal longe da esposa e do filho.[12]

Orientava que a esposa vendesse os "trastes" que tinha em casa. Embora tivesse dúvida sobre a possibilidade da existência de tais "trastes", explicitada numa lacônica frase: "se he que ainda tem algum". Essa dúvida pode sugerir uma instabilidade econômica na vida de Rosário, explicada parcialmente pela situação de Portugal, após a partida da Corte, pois houve um expressivo deslocamento de parte de sua base econômica para o Brasil, incluindo a intensidade do comércio e a circulação de capital. Nesse quadro, Rosário tinha que sustentar a si e a um filho, e sem ajuda dos pais que já eram falecidos. A venda dos "trastes" serviria como meio de sustento. No entanto, na mesma carta, o marido orientava Rosário a não se desfazer da cama, esta deveria acompanhá-la até o Pará – era um "traste" especial, que merecia ser mantido no patrimônio familiar... O que se justifica pela limitada possibilidade de aquisição de mobília no Brasil e seu elevado custo.

Após todas as orientações, o marido reforçava o desejo de se reunir com a esposa: "o mais que me resta fica para a vista, que só com ella serei feliz". Encerra a carta mandando lembranças a muitos conhecidos e parentes que residiam em Portugal, e assinava a carta como: "Seu fiel esposo, Zeferino José Xavier".

A "carta de chamada" é instigante por apresentar problemas corriqueiros que envolviam o deslocamento para a Amazônia. O cuidado com os bens que ficavam em Lisboa, a debilidade material no Pará, a rede de sociabilidade criada em Belém e que deveria amparar a chegada da esposa, a entrada de Zeferino em regiões distantes à Belém, o desejo de reencontrar a família, os amigos e parentes que continuavam em Portugal... Todos esses elementos integravam uma espécie de "cotidiano da separação" de um casal que, dos sete anos de possível vida marital, tiveram durante cinco anos o Atlântico como fronteira.

Mas, no geral, quais seriam os motivos alegados por mulheres para deixarem Portugal em busca do Amazônia? Dos (61) casos que envolviam mulheres, 42% (26) es-

tavam justificados pelo empenho da esposa em acompanhar ao marido. Seja um marido que foi degredado, ou principalmente, um esposo que buscava morar no Pará. Como no caso de Zeferino que chamava Rosário para fazer residência em Belém. Em outros casos, as mulheres alegavam acompanhar parentes masculinos, como filhos (8%), irmãos (6,5%), genro ou pai (3%). Ou seja, 59,5% das partidas das mulheres eram justificadas pelo fato de acompanharem a iniciativa de parentes masculinos.

Assim, marca-se uma diferença significativa entre os motivos alegados por homens e por mulheres para alcançarem a Amazônia. Os homens, no geral, declaravam retornar para suas moradas no Pará (20%) ou acompanhar as embarcações onde exerciam ofício (20%). No caso das mulheres, o destaque era dado para seus empenhos em seguir o marido. Somente 5% (3) das mulheres alegaram buscar em Belém do Pará por iniciativa própria, embora amparada por outros parentes e como uma alternativa de sobrevivência que não estava relacionada diretamente a uma determinação masculina.

Como no caso da ex-escrava Joaquina Maria, nascida em Angola, com 25 anos de idade e que residia em Lisboa. No dia 26 de maio de 1809, solicitava passaporte para retornar ao Pará, junto a uma filha chamada Paula Francisca de pouco mais de quatro anos. Paula era natural do Pará, ou seja, sua mãe estava há pouco tempo morando em Lisboa. Foi para a capital portuguesa acompanhando seu senhor, José Monteiro de Carvalho, e por morte desse ganhou a alforria. Forra, e em Lisboa, Joaquina precisava garantir a vida naqueles tempos de incertezas, tempos de súditos sem soberano. A forra declarou que sua ida para Belém se justificava por não ter condições de se sustentar na capital portuguesa e por contar no Pará com o apoio de parentes. O paquete Santo Antonio do Pará foi autorizado a levar a ex-escrava e sua filha.[13]

O outro caso foi de Dona Ana Raimunda Góes Freire, viúva do desembargador Manuel Freire. Em abril de 1817, Dona Ana solicitara o direito de partir de Lisboa, onde morava, para a cidade de Belém. O pedido se estendia a três filhos menores, um com 11 anos, outro com cinco anos e o mais novo com três meses de idade; também foi solicitado o "passaporte" para sua criada Maria Gertrudes, uma portuguesa com vinte anos de idade. Dona Ana era viúva e pela idade da filha mais nova presume-se que recentemente perdera o marido. Mas, o que levaria a viúva de um alto funcionário, com seus três filhos e uma criada partir de Lisboa para Belém naquele ano de 1817? A explicação talvez resida no fato de Dona Ana ter nascido em Belém do Pará, onde provavelmente tinha uma base familiar que lhe garantiria a subsistência sua e de seus filhos.[14]

O último caso que gostaríamos de citar é o de Vitória Maria Teresa, viúva e natural do Pará. Fora para Lisboa acompanhando o filho que era cirurgião numa Nau Real. Após o falecimento do filho na capital portuguesa, Vitória solicitava, em 1810, a autorização para voltar a Belém com a filha e o neto de seis anos. Alegava que estava passando "grandes mizerias e necessidades pela falta de abrigo e amparo do dito seu filho sem terem por quem as sustentem"... Vitória formava um intrigante grupo familiar em Lisboa, pois a paraense viúva morava com a filha (sem referência ao genro), com o neto e com o filho que era o provedor da residência. Continuando seu relato, empenhada em transmitir a gravida-

de de sua situação, Vitória Maria dizia que no Pará tinha dois filhos, e que estes serviriam como base de apoio em Belém para que ela, a filha e o neto retornassem.[15]

Considerando o caso da ex-escrava, da viúva do desembargador e de Vitória, encontramos os três únicos processos de "passaporte" solicitados por mulheres que destacavam como motivo da viagem a vontade de estabelecer vida em Belém. Não atrelando suas viagens diretamente a parentes masculinos específicos, como na maioria dos casos, tais mulheres buscavam retornar à terra de suas famílias. Embora estivessem separadas por estamentos sociais tão distantes, a ex-escrava Joaquina Maria, Donas Ana e Vitória tinham, como marco do deslocamento inicial, o falecimento de seus "provedores" em Lisboa; seja o senhor, o marido, o proprietário ou o filho.

Os casos citados possibilitam pensar que as viagens de mulheres ao Pará não se limitavam a um único estamento social. Envolviam senhoras casadas, acompanhadas de seus filhos, viúvas com seus netos, como também uma ex-escrava e sua filha. A cidade de Belém, em anos **joaninos**, emergia como possibilidade de residência e amparo – mesmo para poucos –, principalmente, considerando o estabelecimento de maridos e outros parentes que serviam como base de auxílio. No 'rastro' da família real, outras famílias buscaram no Brasil sobrevivência, residência e tentaram reconstruir suas vidas. Embora, na realidade específica do Pará, esse número não seja significativo.

Mas, nem todos vinham a Amazônia por vontade própria. Alguns eram obrigados, pagando punições judiciais com o degredo. Em 27 de novembro de 1811, era remetida pelo comandante do presídio de Trafaria uma lista de condenados que deveriam ser embarcados ao Pará, na embarcação "Prazeres e Alegria". A embarcação, que fazia linha regular entre Belém e Portugal, transportava passageiros, pólvora, madeira, sal, fio de vela, pedra calcária... E naquele novembro de 1811 a "carga" incluía 13 presos.[16]

Entre os presos apenas um era homem, os demais eram mulheres. A culpa mais comum entre as condenadas era o furto (10), outra era acusada de infanticídio, uma viúva acusada de participar da morte do marido e o único homem arrolado fora acusado de "aviso falso". Mulheres livres, outras condenadas, esposas de altos funcionários reais, cônjuges de comerciantes, ex-escravas, prisioneiras... Essas compunham um cenário com muitas possibilidades daqueles que partiam de Portugal e buscavam o Pará.

Epílogo

Mesmo em época **joanina**, com as incertezas rondando um Portugal, em meio a avanços e recuos de invasões estrangeiras e a um Regente afastado, o ir e vir não cessou entre a Amazônia e os portos lusitanos. No 'rastro' da Coroa, alguns partiram para o norte do Brasil e vieram por variados motivos. O instigante é não reduzirmos essas aventuras migratórias a uma nobreza perdida, nem a homens de guerra. É preciso considerar outros agentes sociais, que insistiam em procurar o Brasil. Aliás, também é preciso pensar a presença da família Real, além do Rio de Janeiro, relativizando seus desdobramentos.

E, nesse caleidoscópio, a Amazônia emerge como possibilidade de imagens. Seja por continuar a receber embarcações de origens portuguesas e estrangeiras, seja por se apresentar como possibilidade de sobrevivência ou expurgo de "crimes" para moradores de Portugal. Os anos **joaninos** não significaram o isolamento da região, e mesmo no auge dos confrontos peninsulares europeus, muitas embarcações e pessoas buscaram o porto da cidade de Belém. Anos de "movimento", de embarcações, de populações e... de História em movimento.

NOTAS

* Universidade Federal do Pará – UFPA.
** Universidade Federal do Pará – UFPA.

[1] Uma versão ampliada deste trabalho poderá ser conferida (prelo), na **Revista Brasileira de Estudos de População** (REBEP), com o título: *História de "Movimentos": embarcações e população portuguesas na Amazônia joanina.*

[2] REIS, A. C. F. *Síntese de História do Pará.* Belém, Amada, s/d, p. 74.

[3] Projeto Resgate, Pará, *Arq. Histórico Ultramarino*, doc. 10791.

[4] Projeto Resgate, Pará, *Arq. Histórico Ultramarino*, doc. 10974.

[5] HOBSBAWM, E. J. *A Era das Revoluções (1789-1848).* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p.104.

[6] Projeto Resgate, Pará, *Arq. Histórico Ultramarino*, doc.10974.

[7] Projeto Resgate, Pará, *Arq. Histórico Ultramarino*, doc.10735 e doc. 10737.

[8] Projeto Resgate, Pará, *Arq. Histórico Ultramarino*, doc.10735 e doc. 10737.

[9] Projeto Resgate, Pará, *Arq. Histórico Ultramarino*, doc.11439.

[10] Projeto Resgate, Pará, *Arq. Histórico Ultramarino*, doc.11059.

[11] Projeto Resgate, Pará, *Arq. Histórico Ultramarino*, doc.10762.

[12] Projeto Resgate, Pará, *Arq. Histórico Ultramarino*, doc. 10802.

[13] Projeto Resgate, Pará, *Arq. Histórico Ultramarino*, doc.10766.

[14] Projeto Resgate, Pará, *Arq. Histórico Ultramarino*, doc. 11156.

[15] Projeto Resgate, Pará, *Arq. Histórico Ultramarino*, doc. 10820.

[16] Projeto Resgate, Pará, *Arq. Histórico Ultramarino*, doc. 10915.